

O Trabalho Infantil na Lavoura Sisaleira do Estado da Bahia

Alba Regina Neves Ramos*
Antônio Dias Nascimento**

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa resulta de um convênio firmado entre o CRH-FFCH/UFBA e a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS – voltada para a identificação das crianças e dos adolescentes, situados na faixa etária de 7 a 14, que trabalham na lavoura sisaleira, nas pedreiras e em outras atividades complementares. Aliado a este objetivo impôs-se também avançar-se num conhecimento mais aprofundado sobre as condições de trabalho e de vida, tanto dessa população alvo, como das famílias às quais pertence, cuja identificação partiu dos elementos apresentados pela sociedade civil e pelas organizações governamentais voltadas para a ação de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

A Região Sisaleira do Estado da Bahia abrange uma extensão geográfica de 39.599 km², com uma população, segundo o censo de 1991, de 826.253 pessoas, sendo 287.139 residentes na zona urbana e 539.114 residentes na zona rural. Pelos números expressos, evidencia-se uma predominância da população rural. Estima-se ainda que haja uma população de cerca de 140 mil crianças e adolescentes na faixa etária dos 5 aos 14 anos de idade, na área rural.

A idéia inicial dos responsáveis pela implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na área rural, no Estado da Bahia, é de que ele fosse sendo implantado paulatinamente, para que o sucesso do programa pudesse ser assegurado pelo contínuo aperfeiçoamento. Após

* Pesquisadora do CRH-FFCH/UFBA e professora de Sociologia da UNIFACs. Doutora em Sociologia. Coordenadora da Pesquisa.

** Pesquisador Associado do CRH-FFCH/UFBA. PHD em Sociologia. Coordenador da Pesquisa.

sucessivas análises e discussões entre representantes do Governo, do UNICEF e da Sociedade Civil (tais como o Movimento de Organização Comunitária – MOC, Sindicatos de Trabalhadores e outras representações), que integram a Comissão Interinstitucional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na Bahia, chegou-se à definição de alguns critérios, à luz dos quais foram escolhidos os cinco primeiros municípios a serem pesquisados.

Considerando-se a importância da participação da sociedade civil na condução das ações em prol da prevenção e da erradicação do trabalho infantil, tomou-se como critério determinante o grau de mobilização da sociedade civil, expresso através do contingente de organizações populares e histórias de mobilizações em torno de seus interesses. Ao lado deste, também foram estabelecidos outros critérios tais como os maiores índices de pobreza verificados na região, maiores contingentes populacionais na faixa de 5 a 14 anos, potencialmente trabalhando no sisal; e, mais recentemente, adotou-se um quarto critério que diz respeito à maior facilidade de operacionalização das ações.

Os cinco primeiros municípios selecionados foram os de Retiro-lândia, Santaluz, Valente, Conceição do Coité, na região Nordeste e o de Riachão do Jacuípe, na região da Bacia do Paraguaçu. Esses cinco municípios perfazem uma área de 4.504 km², o que corresponde a 12,7% da área total da região sisaleira. Ainda segundo o censo de 1991, estes cinco municípios perfazem uma população de 149.712 habitantes que representam 19,8% da população da região sisaleira, com 18.042 domicílios rurais, 18,2% dos 100.110 domicílios rurais a serem pesquisados na região. Por sua vez, a população estimada de crianças e adolescentes na área rural desses municípios, na faixa de 5 a 14 anos, é de 25.119 indivíduos, o que corresponde a 18,04% das 139.218 crianças e adolescentes da área rural, da mesma faixa etária, estimadas para toda a região sisaleira.

Entendem os pesquisadores, no que contaram com a absoluta concordância de todas as instituições envolvidas no programa, que uma pesquisa desta natureza, no entanto, não deveria se limitar apenas à pro-

dução de um cadastro de famílias que servisse de base à confecção de uma folha de pagamento mensal por parte do Poder Público. Embora o auxílio pecuniário previsto fosse de vital importância para a erradicação do trabalho infantil na área rural, entendeu-se, a partir das discussões com as organizações ligadas aos setores populares, que este cadastramento seria apenas um objetivo, dentre outros mais amplos do Programa.

Neste sentido, seguindo o entendimento da Comissão Estadual e Interinstitucional de Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Área Rural do Estado da Bahia, a inserção das crianças no Programa deveria significar uma oportunidade concreta de acesso à escola, à saúde e a melhores condições de vida para que não se tornassem dependentes de tal ajuda de modo permanente. Essa reflexão implicou em que a pesquisa produzisse, além do cadastro das famílias a serem beneficiárias do auxílio pecuniário do Programa, informações sobre as suas condições de acesso à escola e aos serviços de saúde, bem como sobre as suas respectivas condições de vida e de trabalho.

Objetivou-se desse modo que, ao final do levantamento, estes dados pudessem servir para a elaboração de estratégias que resultassem no melhoramento dos equipamentos escolares, na capacitação dos professores e do pessoal técnico auxiliar, assim como do acesso dessas famílias aos programas de apoio à pequena produção agrícola e pecuária, treinamento de mão-de-obra já existente na área e a tantos outros que possam ser mobilizados para elevar o padrão de vida dessas famílias.

O Plano de Ação Integrada traçado pela Oficina de Planejamento, realizada pela Comissão Interinstitucional, ainda em agosto de 1996, em Salvador, juntamente com setores governamentais e da sociedade civil, indicou a necessidade de participação efetiva de todos os setores que estejam desenvolvendo ou que venham a desenvolver projetos relacionados à problemática das famílias alvo do Programa, em todas as suas etapas.

Uma das conclusões dessa Oficina de Planejamento foi a realização de uma pesquisa que ampliasse o conhecimento sobre as condições

de vida, de trabalho e de produção das famílias rurais da região sisaleira. Isto tornou-se possível a partir do encaminhamento da Comissão Interinstitucional e do Fórum Nacional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que resultou no Convênio celebrado entre a SETRAS e a Universidade Federal da Bahia.

O SISAL NA BAHIA

A pesquisa contou com um conhecimento prévio acumulado no CRH/UFBA sobre a região sisaleira. Efetivamente, as condições de vida e de trabalho da região já tinham sido objeto de outros estudos já realizados. Evidentemente, essa vivência anterior serviu de subsídios para as discussões e definição de metas das organizações envolvidas nas ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e no delineamento do projeto da pesquisa, ora em execução.

A idéia de **sistema de produção sisaleiro** vem sendo desenvolvida para expressar o fato de que, embora seja a cultura do sisal dominante na região, ela não constitui uma monocultura a exemplo de outras existentes no Estado, como a da cana-de-açúcar e a do cacau, assumindo muitas vezes características próximas ao que se poderia chamar de enclave. Como a pesquisa visa oferecer elementos que contribuam não apenas para a erradicação do trabalho infantil, mas para a sua prevenção, tornou-se imperativo voltar-se a investigação também para os nexos entre a atividade sisaleira e as demais atividades do setor primário que se desenvolvem na região.

O resultado dessa leitura da realidade, portanto, levou à formulação da idéia de **sistema de produção sisaleiro**, como sendo o conjunto de atividades produtivas requeridas pela lavoura do sisal propriamente dita, enquanto atividade economicamente hegemônica, e a sua relação com as outras atividades complementares ao cultivo do sisal que se desenvolvem paralela e simultaneamente a ele. Essas atividades expressam-se dominantemente por cultivos voltados para a subsistência, pelo extrativismo,

pela produção de carvão, pelo aproveitamento das rochas e outras atividades similares a estas.

Entre outros elementos que evidenciam essa hegemonia da economia sisaleira, está o fato de que o trabalho nas atividades de subsistência oscila basicamente em função da maior ou menor demanda de trabalho pela atividade sisaleira. Essa demanda, por sua vez, oscila basicamente em função dos preços praticados no mercado ao longo de todo o calendário agrícola anual, ou por outra, caso o período seja de estiagens prolongadas, ainda que os preços melhorem, não é possível colher o sisal porque as plantas murçam e não é possível o desfibramento pelos métodos atuais de fazê-lo.

O sisal é uma planta xerófila. Desenvolve-se basicamente em regiões semi-áridas. Embora exista grande variedade de espécies cultivadas no Brasil, destaca-se a *Agave sisalana*, Perrine, originária da América Central. Segundo a literatura existente, o sisal teria vindo para a Bahia por volta do primeiro quartel deste século, como uma das alternativas para o desenvolvimento da agricultura no semi-árido.

O sisal tem utilização muito vasta, sendo empregado em indústria de cordas, papel e papelão, na confecção de sacos, capachos, barbantes, passadeiras, sandálias, fios, chapéus, bolsas, tapetes e outros. Como subprodutos, fornece graxa, cera, glucosídeos, álcool, ácidos, adubos e plásticos.

Não requer cuidados especiais, vez que é uma planta rústica. Além do mais não está sujeita a pragas ou doenças, aparecendo, segundo a literatura especializada, muito raramente, uma mancha preta na base das folhas causada pela falta de potássio. O seu cultivo é feito em áreas relativamente concentradas devido às condições ecológicas e climáticas, através de técnicas agrícolas de cultivo e práticas de beneficiamento rudimentares.

É um produto tipicamente de exportação e a sua economia tem, portanto, o seu centro de decisão de mercado, localizado na área de consumo. O sisal vem sofrendo grande concorrência dos produtos sintéti-

cos, principalmente do polipropileno, cujas condições de preços são competitivas até mesmo para a fabricação de cordas, que é a maior absorvedora do sisal. Além das causas ligadas à busca de alternativas de cultivos para o semi-árido no passado, os preços internacionais foram os fatores estimulantes, responsáveis pela expansão da lavoura.

No Brasil, essa cultura é desenvolvida basicamente no Nordeste, tendo a Bahia a liderança da produção. A produtividade do sisal na Bahia, no entanto, não parece ser das melhores do Nordeste. No caso da Bahia, essa lavoura tem grande importância, não só porque torna economicamente agricultáveis zonas de baixa precipitação pluviométrica, como por tratar-se de um produto de exportação. As variações dos preços têm servido como fator de desestímulo para que os produtores não tenham buscado ampliar a fronteira agrícola da lavoura. Há registros, inclusive, que dão conta de que desde 1967 há tendência regressiva da área cultivada.

Uma outra consequência da instabilidade de preços é que a produção da fibra torna-se também oscilante, pois trata-se de uma lavoura que, ao contrário de outros produtos, não necessita ser colhida em época determinada, podendo permanecer no campo para cortes futuros, à espera de melhores preços.

Esta característica do mercado do sisal faz com que a cultura do sisal seja mesclada com um amplo espectro de atividades complementares a ela, pois a depender dos preços do mercado as pessoas podem estar mais, ou menos ocupadas com a produção das fibras. Em caso de preços baixos, as pessoas voltam-se para outras atividades agrícolas, agropecuárias e de extração mineral ou vegetal até que haja nova reação do mercado.

Deste modo, não se pode falar da lavoura do sisal como usualmente se faz das lavouras de monocultura como no caso da cana-de-açúcar, do café e outras. Assim, o mais apropriado seria falar-se de um sistema de produção do sisal, dado o caráter de complementariedade das múlti-

plas atividades com as quais ele se desenvolve, que de uma lavoura sisaleira.

Assim, a coerência interna do sistema de produção do sisal deve ser entendida a partir de um conjunto de práticas laborais, econômicas e produtivas que se complementam para possibilitar a geração da renda, do emprego e das condições mínimas de vida de que necessita a população que ali vive. Entre as principais atividades que interagem com a atividade sisaleira estão a bovinocultura, a caprinocultura e a ovinocultura, todas elas de caráter extensivo, além de outras atividades extrativistas.

Essa característica sistêmica da produção do sisal confere também características especiais à mão-de-obra. Ao contrário das monoculturas onde a diversidade da habilitação se dá através das diferentes fases do processo de trabalho naquela determinada lavoura, no caso do sistema de produção do sisal, embora exista também um elenco de habilitações determinadas pelo processo de cultivo, extração, beneficiamento, enfardamento, armazenamento, transporte e embarque, ao menos nas fases do cultivo e da extração da fibra, que se dão na área rural, os trabalhadores além de estarem prontos para lidar com o sisal, têm-no que estar também para cuidar do gado nas variadas espécies, para desenvolver outros cultivos, ou dedicarem-se a atividades extrativistas, vegetais ou minerais.

Nessa situação, pode acontecer que haja uma melhoria dos preços do sisal simultaneamente com um período de intensa atividade em uma ou mais das atividades complementares que, diferentemente do sisal, têm ciclos de colheitas determinados. Neste caso, a mão-de-obra familiar faz arranjos internos para dar conta de todas as demandas simultaneamente. Essas coincidências, embora possíveis, não são comuns.

Ainda em relação à mão-de-obra familiar, quando se trata de uma pequena propriedade que além de outras lavouras também possuem algumas tarefas de sisal, costuma-se cortar o sisal durante o ano inteiro. Não se corta o campo inteiro, mas apenas algumas arrobas por semana, ou a cada mês, a depender da necessidade de complementação da renda familiar.

Neste caso, diferentemente da média e grande propriedade de sisal, o tempo de corte é a demanda da economia doméstica e nem tanto a reação dos preços do mercado. Daí porque as bateadeiras estão permanentemente em funcionamento, variando apenas de ritmo e volume de produção ao longo do ano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados secundários baseou-se em literatura bastante diversificada de tal modo a permitir uma certa visualização da região, tanto no que diz respeito a seus aspectos físicos, demográficos, econômicos, culturais, políticos e sociais, como em relação à infra-estrutura de que se dispunha em cada município, seja em termos de equipamentos comunitários de educação, de saúde e de favorecimento à organização comunitária, em termos de comunicação, vias de acesso e estruturação espacial de cada município em particular.

Assim, via de regra, consultou-se desde a literatura existente sobre a região geográfica do semi-árido da Bahia, onde estão situadas as três regiões econômicas do Estado nas quais se desenvolve o **sistema de produção sisaleiro**, passando por estudos especializados sobre questões que dizem respeito à conformação das diversas características culturais da região e pela análise de dados censitários e diagnósticos¹ produzidos sobre a região, chegando-se até à identificação de mapas e registros cartográficos² que pudessem servir de balisamento para o desenvolvimento da coleta dos dados primários.

Essa pesquisa tem como objetivo geral o de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a situação sócio-econômica das famílias rurais da região sisaleira do Estado da Bahia, visando a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e erradicação do trabalho

¹ Destaca-se entre os diagnósticos, o estudo produzido pela SETRAS, intitulado "Diagnóstico sócio-econômico da região sisaleira" - Salvador, 1996.

² Dentre os registros cartográficos, merece destaque os roteiros elaborados pela Fundação Nacional de Saúde, na Bahia.

infantil. Como meios para se alcançar esse objetivo geral, foram delineados outros objetivos mais específicos que serviram para o balisamento das coletas a serem realizadas, para montagem dos instrumentos e para a definição dos procedimentos metodológicos e dos produtos a serem obtidos.

Esses objetivos mais específicos foram os de cadastrar todas as famílias rurais da região sisaleira e, dentre estas, identificar aquelas com filhos na faixa etária de zero a 14 anos; dentre estes, por sua vez, relacionar aqueles da faixa etária de 7 a 14 anos. Uma vez identificado esse contingente, indicar aqueles que deveriam ser imediatamente beneficiados pelo Programa pelo fato de trabalharem na lavoura do sisal, ou nas pedreiras; ou pelo fato de trabalharem em outras atividades mas os pais trabalharem na lavoura do sisal, ou nas pedreiras; ou pelo fato, enfim, de embora as crianças e adolescentes não trabalhem, mas seus pais trabalharem na lavoura do sisal, ou nas pedreiras. Por fim, levantar elementos básicos que indiquem as condições de vida e de trabalho das famílias onde vivem as crianças identificadas.

As motivações que nortearam a demanda desse trabalho, ou seja a prevenção e a erradicação do trabalho infantil na região do sisal, terminaram por influenciar decisivamente na definição dos procedimentos metodológicos, de modo especial no que diz respeito à definição do universo a ser pesquisado, à operacionalização da coleta de dados secundários e primários, assim como toda a parte relativa à crítica, processamento, análise e devolução dos dados.

O universo coberto pela pesquisa primária, objeto do presente estudo, constituiu-se de todos os domicílios rurais dos municípios, acrescidos de um pequeno contingente adicional de domicílios situados na periferia urbana, levantado pela Comissão Municipal para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de cada Município, cujos chefes de família e não raro também seus filhos, entre eles crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 14 anos de idade, trabalham nas bateadeiras de sisal que se situam nos sítios urbanos.

A cobertura desse contingente de domicílios urbanos, não foi prevista inicialmente, dado que as bateadeiras, em sua grande maioria, situam-se nos sítios urbanos. A Comissão Interinstitucional para a Prevenção e a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado da Bahia, atendeu às reivindicações das Comissões Municipais, por entender que o trabalho nas bateadeiras constitui-se em uma atividade rural que integra o processo de trabalho de coleta e beneficiamento do sisal, e seu desempenho implica em sérios riscos para as crianças. A pesquisa desses domicílios se deu a partir de uma relação apresentada à coordenação da pesquisa, pelas Comissões Municipais e por elas assinadas.

A operacionalização da coleta de dados primários foi organizada inicialmente a partir de entendimentos da Comissão Interinstitucional com as Comissões Regionais e Municipais para a definição da ordem em que os municípios deveriam ser pesquisados. A partir daí foram desenvolvidos os procedimentos de recrutamento, seleção e treinamento de entrevistadores, motoristas e localizadores a nível regional, assim como a infra-estrutura mínima, como alojamento para o pessoal ligado à coordenação e supervisão da coleta, local para realização do processo de seleção e o subsequente treinamento dos entrevistadores, além de um outro para instalação do escritório onde se distribui e recolhe o material de campo e onde se realiza a primeira crítica aos dados coletados.

Evidentemente que os períodos de coleta em cada município variaram em função do contingente populacional a ser pesquisado, da área de cada município, das facilidades de acesso a cada localidade, da dispersão dos domicílios, do grau de maturidade dos entrevistadores e sobretudo da colaboração das comunidades locais.

Simultaneamente ao processo de coleta foram realizadas as primeiras críticas aos dados coletados, de forma a realizar-se possíveis correções e esclarecimento de situações encontradas ainda em campo. Esse procedimento, aliado ao fato já mencionado de inclusão dos domicílios das famílias que trabalham nas bateadeiras no universo a ser pesquisado, agilizou em muito o trabalho do Centro de Processamento de Dados,

assim como todos os procedimentos subseqüentes como a crítica, a análise e a devolução dos dados à Comissão Interinstitucional para serem operacionalizados.

ETAPAS CONCLUÍDAS

As informações básicas produzidas pela pesquisa sobre condições de acesso à escola e aos serviços de saúde, bem como as respectivas condições de vida, de trabalho e de produção das famílias rurais já estão subsidiando a elaboração de estratégias visando ao melhoramento dos equipamentos escolares e do pessoal técnico auxiliar e desenvolvimento da capacitação dos professores.

Como resultado concreto a esse respeito, já está em implantação o programa de jornada escolar ampliada com vistas a manter as crianças em atividades culturais e lúdicas, além do conteúdo e do período tradicional de ensino. Mantém-se a expectativa de que esses dados possam ainda subsidiar o estabelecimento de ações que possibilitem o acesso dessas famílias aos programas de apoio à pequena produção agrícola e pecuária, treinamento de mão-de-obra já existente na área e a tantos outros que possam ser mobilizados para elevar o padrão de vida dessas famílias.

A presente pesquisa já se encontra em sua terceira etapa. As duas primeiras foram desenvolvidas ainda durante o ano de 1997 nos cinco primeiros municípios escolhidos para se dar início às ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, todos situados na Região Econômica do Nordeste do Estado. Os dois primeiros a serem pesquisados foram Retirolândia e Santaluz. Já no segundo semestre foram pesquisados os municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Valente.

A terceira etapa da pesquisa vem sendo desenvolvida ao longo do ano de 1998. Desta vez estão sendo pesquisados mais doze municípios, atendendo a ordem de prioridade estabelecida pela Comissão Interinstitucional para Erradicação do Trabalho Infantil no Estado da Bahia, com

base nos critérios acordados desde o momento inicial da implantação do Programa na Bahia e nos elementos fornecidos pelas Comissões Municipais e Regionais. Nessa etapa foram contemplados municípios de mais duas regiões econômicas, a do Piemonte da Diamantina e a da Bacia do Paraguaçu.

Os doze municípios que estão sendo pesquisados nessa etapa estão assim distribuídos: na Região do Piemonte da Diamantina, estão os de Ouro-lândia, Umburanas, Mirangaba e Várzea Nova; na Região da Bacia do Paraguaçu, os Municípios de Ichu, Pé de Serra e Nova Fátima. Por fim, na Região Nordeste foram incluídos os Municípios de Araci, Quijingue, São Domingos, Nordestina e Queimadas.

A coleta de campo dessa etapa em curso foi programada para ser desenvolvida em três momentos subseqüentes. O primeiro deles compreendeu a cobertura dos quatro municípios da Região do Piemonte da Diamantina, durante os meses de janeiro a abril; o segundo, cobriu os três municípios da Bacia do Paraguaçu e mais dois municípios da Região Nordeste durante os meses de maio e junho; e o terceiro momento, a ser realizado até o final do ano cobrirá os outros três municípios da Região Nordeste, também programados para essa etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, até o presente, já foram pesquisados 14 municípios, devendo até o final de 1998 chegar ao total de 17. Nesses municípios foram pesquisados 32.080 domicílios, nos quais foram identificadas 33.323 famílias, o que indica que há um contingente considerável de domicílios que abrigam mais de uma família.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho rural infantil; sisal; desigualdade social; educação; políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A TARDE, 9 mar. 1997.
- A TARDE, 22 mar. 1997.
- BAHIA. CAR
1994 Região Sisaleira 4. **Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira.** Salvador.
- BAHIA. SEI/CAR
1996 **Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados.** Salvador, v. 1.
- BAHIA. SETRAS
1996 **Diagnóstico sócio-econômico da região sisaleira.** Salvador.
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996a **Relatório de pesquisa sobre o trabalho de crianças e adolescentes na região sisaleira.** Feira de Santana: DRT-BA - Subdelegacia do Trabalho. (Impresso).
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996b **Relatório de viagem. Fiscalização e mapeamento do trabalho infanto-juvenil. 24/26 de abril.** Serrinha, Valente e Santaluz.
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996c **Relatório de viagem. Fiscalização e mapeamento do trabalho infanto-juvenil. 24/26 de abril.** Serrinha, Valente e Santaluz.
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996d **Relatório de viagem. Fiscalização e mapeamento do trabalho infanto-juvenil. 13/17 de maio. Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Gavião e Candéal.**
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996e **Relatório de viagem. Fiscalização e mapeamento do trabalho infanto-juvenil. 13/17 de maio. Várzea Nova, Mirangaba, Jacobina, Serrolândia, Orolândia e Umburana.**
- BRASIL. Ministério do Trabalho
1996f **Relatório de viagem. Fiscalização e mapeamento do trabalho infanto-juvenil. 30/31 de maio. Campo Formoso.**
- BRASIL. Presidência da República
1996 **Erradicação do trabalho infantil.** (Impresso)
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
1996^a **A SAS e a erradicação do trabalho infantil.** Secretaria de Assistência Social. (Impresso).
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
1996b **Projeto de erradicação do trabalho infantil na carvoaria, cana-de-açúcar, sisal e erva mate.** (Impresso).
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
s.d.a **Orientação sobre Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social.** Escritório de Representação da SAS na Bahia. Cartilha.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS

- s.d.b **LOAS:** Lei Orgânica de Assistência Social. Escritório de Representação da SAS na Bahia.
- COMISSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1995 **Relatório do Seminário realizado em Retiroândia, 27/28 de julho.** (Impresso).
- COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO SISALEIRA
1996 **Relatório da Oficina de Planejamento.** Salvador: 21/23 de ago. (Impresso).
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE CAMPO FORMOSO
1984 **A cultura do sisal:** relações de trabalho no processo de produção de fibras. (Impresso).
- ENCONTRO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL REALIZADO EM CONCEIÇÃO DO COITÉ
1996 **Relatório do dia de estudo realizado em Conceição do Coité. 3/9/96.** (Impresso).
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
1996 **Sisal:** estudo de situação.
- HOOFMANN, R.
1967 **Contribuição à análise da distribuição da posse da terra no Brasil.** Piracicaba: ESALQ/USP. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Rurais).
- IBGE
1973 **Censo demográfico Bahia 1970.** Rio de Janeiro: v. 1, tomo 13.
- IBGE
1994 **Censo demográfico Bahia 1991.** Rio de Janeiro: n. 17.
- MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado
1996 **Projeto de erradicação do trabalho infantil nas carvoarias do Mato Grosso do Sul:** Assistência Familiar - Vale Cidadania Reomosul - Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul. (Impresso).
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - 5ª REGIÃO
1996 **Ação civil pública com pedido de liminar contra a COSIBRA - Companhia de Sisal do Brasil.**
- NASCIMENTO SILVA, Domingos.
1998 **Análise da estrutura fundiária do Estado da Bahia:** uma abordagem utilizando o Índice de Gini. Cruz das Almas, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia..
- RAMOS, Alba Regina N., ALMEIDA, Fernanda Maria B. Gonçalves.
1997 **Cadastro de famílias a serem beneficiárias do programa de erradicação do trabalho infantil na área rural da região sisaleira do Estado da Bahia - municípios de Retiroândia e Santaluz.** Salvador, CRH-UFBA/ SETRAS, março. (Relatório final).